



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL

REFERÊNCIA: PROAD N.º 17917/2023.

ASSUNTO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – Contratação direta da empresa IOC CAPACITAÇÃO LTDA., para realização do curso "**Descomplicando a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n.º 14.133/2021 (NLLC)**", na modalidade *in company*, on-line (100% ao vivo), para 25 (vinte e cinco) servidoras e servidores deste Regional – **Autorização para abertura do processo.**

Trata-se de solicitação para que seja autorizada a abertura de processo, mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso II, c/c o artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, visando à contratação direta da empresa **IOC CAPACITAÇÃO LTDA. (ONE CURSOS)**¹ para realização do curso "**Descomplicando a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n.º 14.133/2021 (NLLC)**", na modalidade *in company*, on-line (100% ao vivo), para 25 (vinte e cinco) servidoras e servidores deste órgão, no período de **17 a 19/10/2023 e 23 a 24/10/2023**, com duração de 20 (vinte) horas, conforme projeto básico de fls. 37/44, aprovado pelo desembargador diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (Ejud-6).

Constam, às fls. 59/61, pronunciamento preliminar desta Diretoria-Geral, ao qual ora se reporta, e, às fls. 62/64, parecer da Assessoria Jurídico-administrativa, no sentido de que, ressalvados os aspectos técnicos e econômico-financeiros, o procedimento está em conformidade com as normas vigentes, podendo a contratação ser autorizada, "*a critério da Diretoria da Escola Judicial deste Tribunal*".

A proponente IOC CAPACITAÇÃO LTDA. (ONE CURSOS), inscrita no CNPJ sob o número 10.825.457/0001-99, encontra-se regular quanto à documentação exigida para contratação direta de pessoa jurídica pela União, consoante se verifica às fls. 15, 16, 18, 55 e 58.

DO EXPOSTO, configurados a inviabilidade de competição e o enquadramento do caso concreto à hipótese legal, e com respaldo na delegação de atribuições conferida pelo desembargador diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região por meio do inciso II do artigo 1º do ATO EJ-TRT6 n.º 01/2023, **autorizo** a abertura de processo em epígrafe e **declaro a opção por contratar diretamente a IOC CAPACITAÇÃO LTDA. (ONE CURSOS), mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, com fulcro no inciso II do artigo 25, combinado com o inciso VI do artigo 13 da Lei n.º 8.666/1993, em atenção ao artigo 191 da Lei n.º 14.133/2021**², observada a disponibilidade orçamentária.

¹ Nome fantasia.

² "Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso".

A propósito, o inciso II do caput do artigo 193 da Lei n.º 14.133/2021, com a redação dada pela **Lei Complementar n.º 198, de 28/06/2023**, fixa a revogação, em **30/12/2023**, da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 e dos artigos 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011.



REFERÊNCIA: PROAD 17917/2023 – continuação.

À Coordenadoria de Licitações e Contratos, para emissão do relatório final do processo de contratação direta.

Recife, data conforme assinatura eletrônica.

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral do TRT da 6ª Região

